



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Segurança Social – Políticas de Saúde, Políticas de Previdência Social, Políticas de
Assistência Social

INTERSETORIALIDADE E POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA A PARTIR DOS DOCUMENTOS OFICIAIS QUE ESTRUTURAM A REDE SOCIOASSISTENCIAL NO CONTEXTO BRASILEIRO

MIRIAN DE FREITAS DA SILVA RAMOS¹

MÔNICA DE CASTRO MAIA SENNA²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo tratar do aprofundamento teórico acerca da intersectorialidade no âmbito da política pública de assistência social, ancorado no “Estado da Arte”, especificamente a partir das últimas duas décadas, buscando compreender e analisar criticamente a partir dos documentos oficiais os elementos que têm estruturado essa política no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Intersectorialidade, Política Pública de Assistência Social, “Estado da Arte”

ABSTRACT

This article aims to address the theoretical in-depth study of intersectorality in the context of public social assistance policy, anchored in the “State of the Art”, specifically from the last two decades, seeking to understand and critically analyze, based on official documents, the elements that have structured this policy in the Brazilian context.

¹ Universidade Federal Fluminense

² Universidade Federal Fluminense

Keywords: Intersectorality, Public Social Assistance Policy, “State of the Art”

1. INTRODUÇÃO

O exame criterioso e crítico, fundamentado na produção de conhecimento acerca da intersectorialidade, permitir-se-á afirmar que enquanto prática a mesma é um instrumento fundamental e inovador na agenda das políticas sociais, demonstrando sua indiscutível relevância para o fortalecimento e gestão dessas políticas, todavia, paradoxalmente, na prática observa-se uma enorme vacuidade entre os processos de implementação, quando analisa-se de maneira acurada o tema, especialmente no contexto da rede socioassistencial.

Pontua-se inicialmente que é fundamental para a gestão pública compreender a intersectorialidade como a articulação de saberes diversos e experiências que se integram em diferentes etapas do ciclo das políticas sociais, com o intuito de alcançar patamares de melhor desenvolvimento social, trazer maior resolutividade a situações complexas da realidade social (INOJOSA, 2001).

Do exposto, registra-se que a presente proposta de pesquisa, encontra-se ancorada em dois momentos que estão intrinsecamente amalgamados, que são: o aprofundamento teórico acerca da temática, que consistirá numa necessária, criteriosa e precisa revisão do “Estado da Arte” do que se tem produzido, primordialmente no tange as últimas duas décadas acerca da perspectiva intersectorial e da sua relação com a política pública de assistência social, abrangendo as produções de artigos acadêmicos publicados em veículos de alto impacto, dissertações e teses. E, além disso, o exame de maneira crítica dos documentos normatizadores da assistência social, objetivando apreender a concepção de intersectorialidade e de como ela vem sendo traduzida na materialidade desta modalidade de política.

Com base em estudos e pesquisas acadêmicas acerca da assistência, pode-se apontar que historicamente os sujeitos usuários que acessam a rede socioassistencial enfrentam processos de intensas desigualdades e exclusões de múltiplas naturezas, conforme repisado nas diversas contribuições acadêmicas. Esses processos têm corroborado fortemente para a naturalização da pobreza e da extrema pobreza, bem como para a perpetuação das violações de direitos que ferem a dignidade da pessoa humana. Nesse sentido, quando volta-se a atenção para a rede de proteção socioassistencial, especialmente a partir das últimas duas décadas, chama



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

atenção o intenso processo de fragmentação das respostas de atendimento a essas desigualdades e exclusões sociais, frente ao espraiamento das ações cada vez mais reducionistas e isoladas do Estado ao responder a questão social e suas diferentes expressões.

Nessa perspectiva, essa proposta de pesquisa tem por objetivo fundamental tratar, especificamente do “Estado da Arte” a partir do aprofundamento teórico no que concerne a intersectorialidade no âmbito da assistência social, somado o exame dos documentos que normatizam a referida política, com a finalidade de compreender os elementos que têm estruturado essa política no contexto brasileiro, impactando a materialização dos serviços ofertados pela rede socioassistencial, dada a fragilidade de definição de como e por onde começar a fazer a gestão intersectorial.

Ao realizar o debate sobre o tema, entende-se que a intersectorialidade tem como finalidade dar respostas de maneira precisa e qualificada aos problemas sociais complexos que permeiam o cotidiano de vida das famílias e indivíduos, uma gestão intersectorial tem como primazia a junção das tomadas de decisões de forma coletiva, ao envolver desde o nível de gestão até o processo de exequibilidade das políticas públicas a partir da conjugação das diferentes arenas de políticas e atores sociais envolvidos, pois, do ponto de vista técnico, isso permite criar melhores soluções, além de evitar a sobreposição de ações, sendo mais eficiente à medida que compartilha recursos, saberes e experiências diversas, com a finalidade de garantir os direitos constitucionalmente reconhecidos numa perspectiva integral (BRONZO, 2018).

Em termos de reconhecimento legal, a Constituição Federal de 1988, foi fundamental ao assegurar um conjunto amplo de direitos, dentre estes a seguridade social, art. 194, que “[...] compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. Mas será que basta constar na lei para que o acesso a esses direitos seja garantido?

Fato é que diante da precariedade do Estado em responder à questão social e suas expressões, tem-se como consequência a inviabilidade de acesso e garantia plena de direitos fundamentais a uma existência digna e humana. Tal constatação demonstra não só a atualidade, mas a importância do debate e análise a respeito da fragilidade de definição que ainda paira tanto no meio acadêmico quanto na esfera da execução em como fazer uma gestão intersectorial na agenda das políticas sociais, primordialmente da assistência que está sendo objeto deste estudo.

A relevância desta pesquisa evidencia-se pelas questões retromencionadas, além da atualidade do tema, sendo imperioso o entendimento da necessidade de maior aprofundamento

acerca do debate da intersectorialidade no campo da assistência social, bem como dos elementos estruturantes dessa política no Brasil, impactando diretamente as formas de acesso a proteção social da rede socioassistencial, estando esse acesso muitas vezes condicionado, por exemplo, a via da informalidade e, ou, coleguismo, conforme apontado no estudo de tese da pesquisadora (RAMOS, 2023).

Ademais, frisa-se a contribuição no processo de apreensão da temática, ao buscar seu aprofundamento por meio da produção de conhecimento, sendo esta uma etapa nada trivial no campo da pesquisa, ao colaborar diretamente e de maneira crítica com análises que possa contribuir para o repensar da gestão das políticas públicas pela via intersectorial, especialmente por entender a intersectorialidade como instrumento profícuo no processo de respostas e mitigação das diferentes expressões da questão social no contexto de fragmentação e focalização das políticas públicas de natureza universal.

Conforme retromencionado, refere-se a uma proposta de pesquisa incipiente que vem sendo desenvolvida junto ao Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social (PEPGPS) da Universidade Federal Fluminense, UFF, tendo como intuito avançar na apreensão do debate da intersectorialidade no âmbito da política pública de assistência social, ancorado no “Estado da Arte”, especificamente a partir das últimas duas décadas, somado a isso, analisar criticamente a partir dos documentos oficiais os elementos que tem estruturado essa política no contexto brasileiro.

2. POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E INTERSETORIALIDADE: elementos iniciais para debate

Inicia-se a temática da intersectorialidade, frisando que a mesma tem estado cada vez mais presente nas pesquisas acadêmicas na contemporaneidade, o que evidencia a sua urgência e necessidade de debate frente ao processo histórico de aguçamento e complexidade das desigualdades sociais, fato esse que torna evidente os muitos dilemas intrínsecos à implantação e implementação de políticas de mitigação das diversas expressões da questão social, especialmente da política pública de assistência social quando pensada a sua materialidade a partir da gestão intersectorial. Ainda que brevemente dado os limites deste escrito, entende-se que as expressões da questão social têm sua gênese na relação capital *versus* trabalho e do processo de exploração concernente ao modo de produção capitalista, culminando em processos de alienação do trabalho e pela concentração da riqueza socialmente produzida (NETTO, 2001).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Acerca da questão social,

todas as indicações disponíveis sugerem que a expressão “questão social” tem história recente: seu emprego data de cerca de cento e setenta anos. Parece que começou a ser utilizada na terceira década do século XIX e foi divulgada até a metade daquela centúria por críticos da sociedade e filantropos situados nos mais variados espaços do espectro político. A expressão surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo (NETTO, 2001, p. 42).

A questão social na perspectiva colocada pelo autor encontra-se historicamente vinculada a capacidade de organização, mobilização e luta da classe trabalhadora frente ao avanço do pauperismo e das condições degradantes de vida no contexto da revolução industrial, nesse contexto, a pobreza e a extrema pobreza como fenômenos multidimensionais se apresentam como uma das expressões da questão social, mas não as únicas, pois do ponto de vista histórico as várias faces da questão social estão presentes no cotidiano de vida da classe trabalhadora, na falta de moradia ou na precariedade, nas situações de vulnerabilidades ante a ausência de recursos e de dignidade humana, ante a miséria, nos casos de violência, de desemprego ou subemprego, na falta de acesso a bens e serviços públicos, entre outras necessidades inerentes à existência humana. Portanto, conforme repisado acima, a questão social colocada aqui se expressa a partir da relação capital *versus* trabalho e torna-se uma questão pública, à medida que sai da esfera privada (das relações pessoais, dos indivíduos e das famílias) e passa a ser reconhecida como questão política.

Considerar historicamente a questão social, assim como suas diversas expressões, implica necessariamente apreender que àquela encontra-se intimamente amalgamada com a exploração do trabalho, organização e mobilização da classe trabalhadora na luta pela apropriação da riqueza socialmente produzida. Nessa contextura, por meio das políticas públicas o Estado assume múltiplas formas de atuação com o objetivo de garantir um ambiente favorável “[...] para a inserção das economias nacionais no processo de globalização capitalista em tempos de hegemonia das finanças” (SILVA, 2020, p. 62), como consequência de tal ação, têm-se também a garantia dos direitos das classes “que vive do trabalho” e que tem demandado cada vez mais ações interventivas do Estado por meio das políticas intersetoriais.

Nesta proposta de pesquisa, a intersetorialidade é compreendida como instrumento que possibilita a junção de diversos tipos de políticas sociais “por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas [para prevenir, mitigar ou enfrentar problemas sociais complexos] e do

enfrentamento das desigualdades identificadas nas distintas áreas” (COUTO et al., 2012, p. 61). Presente no debate das políticas sociais desde a Constituição Federal de 1988, a intersectorialidade tem sido reafirmada como instrumento necessário no âmbito da gestão das políticas públicas.

Na trilha dessas reflexões aponta-se o entendimento de que as “políticas sociais [...] são antes instrumentos para promover autonomia individual e criar senso de comunidade [...] elas são instrumentos de cidadania, pois visam proteger o *status* de uma pessoa como membro pleno de uma comunidade” (REGO; PINZANI, 2013, P. 79), visando mitigar e dar respostas às diferentes expressões da questão social, principalmente, diante da capacidade de organização e de mobilização da classe trabalhadora em lutar por direitos sociais, sendo estes fundamentais ao ser humano, constituindo liberdades positivas, em que o Estado é colocado como o principal provedor, cujo intuito é a melhoria das condições de vida dos menos favorecidos, tendo como horizonte a igualdade social e a emancipação humana. Apesar de atenderem às necessidades individuais do ser humano, tais direitos têm nítido caráter social, pois, uma vez não atendidas às necessidades de cada um, seus efeitos são refletidos na sociedade de maneira coletiva.

Os fatos mencionados, colocam como necessidade premente que a ação intersectorial requer integrar a união de um extenso conjunto das iniciativas públicas, visando o fortalecimento e articulação da rede não só no âmbito de uma única política pública, mas, também, das demais políticas sociais (saúde, educação, habitação, saneamento básico, emprego e renda, entre outras necessidades sociais, como lazer e arte), sendo essa articulação fundamental, com o intuito de responder às demandas das famílias e dos indivíduos numa perspectiva integral que lhes permitam viver com dignidade, conforme previsto no art. 1º, incisos II e III da Constituição Federal de 1988 ao estabelecer que todo ser humano tem direito “a cidadania e a dignidade da pessoa humana”, respectivamente.

Essas informações criam um cenário de compreensão mais ampla, o que implica pensar

a intersectorialidade [...] [como] uma nova maneira de abordar os problemas sociais, enxergando o cidadão em sua totalidade e estabelecendo uma nova lógica para a gestão da cidade, superando a forma segmentada e desarticulada como em geral são executadas as diversas ações públicas encapsuladas nos vários nichos setoriais que se sobrepõem às subdivisões profissionais ou disciplinares. Significa tanto um esforço de síntese de conhecimentos como de articulação de práticas, buscando unificar o modo de produção de conhecimento e as estratégias de ação tendo como meta a inclusão social (MENICUCCI, 2002, p. 11).

Assim, constata-se que a implantação e implementação de políticas públicas pela via da gestão intersetorial, independente de qual seja a sua natureza, mas em especial, as de cariz redistributivo, como por exemplo, a política pública de assistência social, é fulcral para promover o acesso a direitos negligenciados as famílias e indivíduos empobrecidos, impactados pelos processos de abjunções históricas, culturais, econômicas e políticas, dadas as especificidades do desenvolvimento capitalista e das suas particularidades no Brasil, em outros termos, estar-se-á falando de um país de capitalismo periférico sendo comandado por um elite que buscou e que tem buscado a todo custo capitanear a agenda estatal para atender seus interesses.

E é nessa conjuntura histórica que se dá a condição de acesso dos sujeitos usuários aos serviços ofertados pela política de assistência social, sendo marcada em cada momento da história pela trama de relações e conflitos que se estabelecem, mas sempre grifada pelas desigualdades e exclusões estruturalmente enraizadas na formação social, econômica, política e cultural do Brasil, impactando, sobremaneira, determinados grupos, essas desigualdades e exclusões encontram-se inerentemente vinculada às questões étnico-raciais, culturais e religiosas, o que exige uma compreensão crítica de todo esse processo e que precisam ser enfrentadas a partir de um conjunto robusto de políticas públicas tendo como cerne a gestão intersetorial.

Nesse contexto, importa frisar que o reconhecimento formal da política de assistência social no Brasil encontra-se marcado pelas características históricas de nossa formação social, econômica, política e cultural. Assim, apesar dos avanços possíveis e significativos com a Constituição Federal de 1988, com a criação da seguridade social, estabelecendo que a assistência trata-se de um direito de todo cidadão que dela precisar acessar, dever do Estado e da sociedade em garantir suas ações, constatou-se que a luta pela ampliação e fortalecimento desta modalidade de política permanece em aberto, primordialmente diante do recrudescimento das desigualdades sociais, da fragilidade das demais políticas públicas, pelo sucateamento de investimentos nas políticas que formam a seguridade social, pela mercantilização das políticas, especialmente para a saúde e educação, dentre outras, questões estas que são causadoras de preocupações, dado o impacto negativo causado no que tange a garantia e acesso aos direitos sociais.

Soma-se aos avanços da Constituição de 1988, a criação da Lei Orgânica da Assistência Social, Lei nº 8.742 de 1993, posteriormente, principalmente com a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 145 de 2004 em que deliberou a criação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), e logo após, a criação do Sistema Único de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Assistência Social (SUAS/2005) e suas respectivas Normas Operacionais – NOB SUAS/2005 – (Normal Operacional Básica do SUAS) e NOB RH/2006 – (Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS), bem como a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais por meio da Resolução nº 109 de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), além das Orientações Técnicas voltadas para os equipamentos da assistência, sendo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, este último compreendendo as proteções de média e alta complexidade, trata-se de documentos oriundos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS em conjunto com a Secretaria Nacional de Assistência Social, orientada por este grande arcabouço de documentos, pode-se assim dizer, que a assistência enfrenta ainda na atualidade diversos desafios para sua plena materialização.

Frente ao exposto, questiona-se: qual a concepção de intersetorialidade presente nos debates sobre a assistência social e como ela tem se traduzido na prática no âmbito da rede socioassistencial? Quais são os elementos estruturantes da própria política de assistência social na contemporaneidade, tendo como base seus principais documentos normatizadores?

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Conforme exposto na discussão em tela, a realização desta proposta de pesquisa encontra-se em fase inicial e busca contribuir ao contextualizar o debate da intersetorialidade no âmbito da política pública de assistência social a partir do aprofundamento do referencial teórico, buscando identificar e analisar as principais contribuições acadêmicas das últimas duas décadas acerca da intersetorialidade e da política pública de assistência social, bem como suas perspectivas de entendimentos. Além do necessário e exame criterioso dos documentos normatizadores da referida política assistência social e a concepção de intersetorialidade atinente àqueles.

No que concerne aos procedimentos metodológicos, conforme retromencionados, estão contemplados pelo aprofundamento do referencial teórico acerca do tema, isto é, realizar o levantamento do “Estado da Arte” do que vem sendo produzido academicamente acerca do tema, essa etapa envolve o levantamento e análise crítica desde artigos acadêmicos publicados em periódicos de alto impacto e rigor acadêmico, dissertações e teses, estas últimas, em especial serão pesquisadas na base de dados da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O exame criterioso dos documentos oficiais que orientam a gestão da política supramencionada, com a finalidade de entender os elementos estruturantes da rede socioassistencial. As etapas da pesquisa estão contempladas pelo levantamento e análise crítica do “Estado da Arte” acerca da perspectiva de intersectorialidade que tem sido trabalhada e difundida no âmbito da assistência social. Além da identificação e exame dos principais documentos oficiais e a concepção de intersectorialidade traduzida pelos mesmos, com a finalidade de entender como isso tem impactado o processo de materialidade da gestão intersectorial na rede socioassistencial no contexto brasileiro.

O vocábulo da “Estado da Arte”, origina-se da produção científica literária norte americana, com a finalidade de “[...] realizar levantamentos do que se conhece sobre um determinado assunto a partir de pesquisas realizadas em uma determinada área” (BRANDÃO, 1986, p. 7).

Além das contribuições de Brandão, merece destaque os apontamentos de Ferreira (2002), destacando que a pesquisa do tipo “Estado da Arte”, não é um passo simples no campo da pesquisa científica, pois desafia o(a) pesquisador(a) ir além do simples mapeamento das produções teóricas nas diferentes áreas do conhecimento, considerando periodicidade e contextos específicos, refere-se a um recurso metodológico de natureza descritiva e que objetiva contribuir para conhecer e aprofundar “[...] em que condições as teses, dissertações, publicações em periódicos, comunicações em anais de congressos e seminários têm sido produzidas” (FERREIRA, 2002, p. 258).

Assim, o exame criterioso das produções acerca do tema em questão traz à baila a complexidade do estudo proposto, com a finalidade de fomentar debates críticos a respeito do acesso as políticas públicas e do fortalecimento da rede formal, com a finalidade garantir direitos numa perspectiva integral para os sujeitos usuários da assistência social, pois é sabido que a forma como o Estado tem respondido as expressões da questão social, frente as abjunções históricas, sociais, econômicas e culturais, tem reiterado um processo de individualização, fragmentação, setorialização dos problemas sociais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do exposto, conforme frisado ao longo deste trabalho, por se tratar de uma proposta de pesquisa demasiadamente incipiente, apresentar-se-á algumas questões que se considera relevante em termos do que se pretende alcançar com o seu desenvolvimento. Neste sentido, com a exequibilidade da proposta em tela, pretende-se como resultados: a) fomentar o debate entorno da importância da intersectorialidade no âmbito da assistência social; b) contribuir com o



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

debate, reflexão e produção de conhecimento acerca da compreensão e importância do fortalecimento da rede formal para viabilizar o acesso aos direitos da população usuária numa perspectiva integral; c) buscar contribuir com uma definição de intersetorialidade que possibilite aos sujeitos envolvidos no processo de gestão e implementação da assistência uma prática mais efetiva; e) participação nos eventos nacional e internacional, com o intuito de integrar saberes e trocas com outros(as) pesquisadores(as) e, conseqüentemente alargar o entendimento acerca da temática, bem como compreender outras realidades, problemas e desafios enfrentados pelos sujeitos usuários da assistência social; f) executar as ações previstas no plano de trabalho junto ao Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social, PEPGPS/UFF que possam contribuir com o seu fortalecimento e reconhecimento no âmbito do ensino, pesquisa e extensão e, g) submissão dos resultados da pesquisa a partir da elaboração de artigos acadêmicos, aspirando possíveis publicações nos principais periódicos científicos da área.

Assim, abordar os aspectos teóricos concernentes a intersetorialidade e a política pública de assistência social na realidade brasileira, requer uma análise e discussão de fôlego, o que pressupõe realizar uma análise crítica dessa modalidade de política e dos desafios envoltos ao seu processo de implementação no país, primordialmente frente ao avanço das ações do Estado que tem buscado cada vez mais fragilizar o social, impactando diretamente no acesso e na garantia dos direitos da população usuária.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição, 1988. Constituição; República Federativa do Brasil, 1988. Brasília, Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. BRASIL. LEI No10.779, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2003.

BRANDÃO, Z.; BAETA, A. M. B.; ROCHA, A. D. C. Evasão e repetência no Brasil: a escola em questão. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Dois Pontos, 1986.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva; RAICHELIS, Raquel. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2012.

FERREIRA, N. S. de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. Educação & Sociedade, ano XXIII, no 79, Agosto/2002.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. **Intersectorialidade, o desafio atual para as políticas sociais.** Revista Pensar BH – Política Social, Belo Horizonte, Maio-Jul./2023.

NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e Serviço Social. São Paulo, Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. Revista Temporalis, Brasília: ABEPSS, n.3, 2001.

Plano Municipal de Assistência Social (2022-2025).) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social (SMDHS). Disponível em: <https://www.campos.rj.gov.br/plano-diretor.php>>. Acesso em jan. De 2024.

RAMOS, Mirian de Freitas da silva. A INTERSETORIALIDADE E OS DILEMAS PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: reflexões a partir do SUAS no contexto do município de Campos dos Goytacazes/RJ. Tese (Doutorado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, UENF. Campos dos Goytacazes, estado do Rio de Janeiro, p. 179. 2023.

REGO, Walquíria Leão; PINZANI, Alessandro. 2013. Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

SILVA, Mossicleia Mendes. Política de Assistência Social do Brasil: um balanço da modernização da gestão. Temporalis, Brasília (DF), ano 20, n. 39, p. 11-26, jan./jun. 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/Sistemas/Downloads/28486-Texto%20do%20artigo-90254-1-1020200625.pdf>. Acesso em fev./de 2024.